

## O PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA PESSOA COM SÍNDROME DE DOWN NO PROCESSO INCLUSIVO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Teresinha Maria dos Santos<sup>1</sup>

### RESUMO

A Síndrome de Down é uma alteração genética que acarreta algumas limitações nos portadores, que necessitam de condições especiais na aprendizagem através da estimulação precisa e adequada para desenvolver-se intelectualmente. Sendo assim, é fundamental que as escolas tenham profissionais especializados em prol de detectar e estimular as condições de aprendizagem e compreensão de cada indivíduo que tenha a síndrome, já que, o processo da educação inclusiva requer empenho de todos que convivem com os deficientes, onde a prática interdisciplinar se faz necessária na tentativa de conseguir bons resultados. Neste seguimento o estudo tem como objetivo compreender dificuldades de aprendizagem das pessoas com Síndrome de Down. A metodologia aplicada na elaboração do artigo teve como base fundamental consultar as obras de diversos estudiosos preocupados com o desenvolvimento e formação das pessoas com a síndrome de Down.

**Palavras-chave:** Síndrome de Down; Aprendizagem; Educação Inclusiva

### ABSTRACT

Down syndrome is a genetic disorder which causes some limitations in patients who require special conditions for learning through proper stimulation and need to intellectually. Therefore, it is essential that schools have specialized professionals towards detecting and stimulating learning conditions and understanding of every individual who has the syndrome, since the process of inclusive education requires the commitment of all those who live with disabilities, where interdisciplinary practice is necessary in trying to achieve good results. In this follow-up study aims to understand learning difficulties of people with Down syndrome. The methodology applied in the preparation of the article was based on consultations with key works of various scholars concerned with the development and training of people with Down syndrome.

**Keywords:** Down Syndrome, Learning, Inclusive Education

---

<sup>1</sup>Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Tiradentes- Unit. Especialista em Didática do Ensino Superior pela Faculdade Pio Décimo. Especialista em Pedagogia Empresarial. Mestre em Ciências da Educação. E-mail: teresinhamaria@ig.com.br

## INTRODUÇÃO

A Síndrome de Down é uma alteração cromossômica que compromete o desenvolvimento intelectual e físico do indivíduo, entretanto não o impede de seguir uma vida normal com as limitações peculiares da Síndrome, desde que, tenha um acompanhamento adequado com profissionais de educação e saúde. Alguns estudos trazem a Síndrome de Down como uma deficiência mental, mas Schwartzman (1999, p. 243) ressalta que “a síndrome é um erro genético presente desde o momento da concepção ou imediatamente após (...)”.

Sendo assim, mesmo possuindo algumas limitações o sujeito pode ter uma vida normal e realizar atividades diárias da mesma forma que outra pessoa considerada “normal”. Embora o Down necessite de acompanhamento específico para desenvolver o processo de aprendizagem, porquanto esta dificuldade juntamente com os distúrbios de conduta e a problemática de sua interação completam, mas não esgotam o quadro de possibilidades na educação do aluno com Síndrome de Down (SCHAWARTZMAN, 1999).

A pessoa com a Síndrome tem habilidades e precisa aprender como qualquer ser humano considerado normal, entretanto, necessita estímulo adequado para desenvolver seu potencial intelectual. Desta forma, o objetivo desse artigo foi compreender as dificuldades de aprendizagem dos indivíduos com a Síndrome de Down. Pois, mesmo com todas as possibilidades de ter uma vida normal o Down conta com o preconceito latente da sociedade em prol de limitar o acesso dos “deficientes”, as escolas consideradas “normais”, devido à falta de informações consistente sobre a Síndrome e de profissionais especializados para trabalharem com este grupo.

Desta forma o tema em estudo se apresenta relevante, à medida que se reporta a uma temática complexa e de interesse social, já que, as pessoas com Síndrome de Down representam uma parcela significativa da população que necessita terem seus direitos respeitados na sociedade. Nesse meandro a construção metodológica foi baseada em artigos, livros com o intuito de buscar informações peculiares ao assunto através de um conteúdo mais consistente.

## 2 CONHECENDO A SÍNDROME DE DOWN

A síndrome de Down é uma condição genética, reconhecida há mais de um século por John Langdon Down, que constitui uma das causas mais frequentes de deficiência intelectual (DI) compreendendo cerca de 18% do total de deficientes em instituições especializadas. Langdon Down apresentou cuidadosa descrição clínica da síndrome, entretanto erroneamente estabeleceu associações com caracteres étnicos, e chamou a condição inadequadamente de idiotia mongolóide (DOWN, 1886).

O tempo passou e foi descoberto que além do atraso no desenvolvimento, outros problemas de saúde podem ocorrer com as pessoas que têm a síndrome de Down: cardiopatia congênita (40%); hipotonia (100%); problemas de audição (50 a 70%); de visão (15 a 50%); alterações na coluna cervical (1 a 10%); distúrbios da tireoide (15%); problemas neurológicos (5 a 10%); obesidade e envelhecimento precoce. Em termos de desenvolvimento, a síndrome de Down, embora seja de natureza subletal, pode ser considerada geneticamente letal quando se considera que 70–80% dos casos são eliminados prematuramente (COOLEY e GRAHAM, 1991).

Koremberg et al (1994) consideram o retardo mental característica patognomônica na síndrome de Down, concordando com Benda (1960) quando argumenta que essa denominação define uma forma específica de deficiência mental associada a certas características físicas. Registros na literatura e a experiência dos autores mostram, entretanto, casos de trissomia 21 com desenvolvimento intelectual limítrofe ou mesmo normais.

Estudos contemporâneos realizados no Brasil, EUA, Dinamarca e França mostram que a maioria dos Down tem um desempenho na faixa de retardo mental entre leve e moderado. A melhor capacidade cognitiva tem sido atribuída ao mosaicism cromossômico, além de outros fatores como o conjunto genético do indivíduo e a influência de fatores epigenéticos e ambientais.

De forma geral, os teóricos da área apontam como características do Down a calma, a afetividade, o humor, prejuízos intelectuais que podem interferir no comportamento desses indivíduos. A personalidade varia de pessoa para pessoa e estes podem apresentar distúrbios do comportamento, desordens de conduta e

ainda seu comportamento pode variar quanto ao potencial genético e características culturais, que serão determinantes no comportamento (SCHWARTZMAN, 1999).

Observa-se que não existe um padrão para pessoas com Síndrome de Down (SD), dependendo do grau de estimulação, umas podem realizar tarefas com mais facilidades que outras, mas é consenso que, quando estimuladas, mostram desenvolvimento progressivo tanto nas tarefas do dia-a-dia quanto nas relações sociais (CARDOSO, 2003).

O ponto de vista de Cardoso (2003) esclarece que a pessoa com Síndrome tem condições de desenvolver-se intelectualmente podendo aprender bastando que a escola especial e regular respeite seu tempo e limitações, entretanto o acompanhamento de profissionais especializados é de suma importância para trilhar os procedimentos adequados, já que, as dificuldades existem e na grande maioria dos casos são generalizadas, que afetam todas as capacidades: linguagem, autonomia, motricidades e integração social, que podem se manifestar em grau maior ou menor (SCHWARTZMAN, 1999).

## **2.1 O Processo de Aprendizagem da Pessoa com Síndrome de Down**

Aprender é uma realidade presente na vida do SD principalmente após o aumento da perspectiva de vida juntamente com as possibilidades de inserção social no âmbito considerado antigamente como impossível para os considerados “diferentes” do padrão imposto pela sociedade. Na atualidade o aumento da expectativa de vida e as descobertas em relação às possibilidades de aprendizado modificou a visão de especialistas educacionais em relação à capacidade do SD em aprender (BISSOTO, 2005).

O processo de aquisição da leitura e escrita em pessoas com a Síndrome de Down (SD) é tema de estudo frequente e de visões distintas, de acordo com diversos autores. Segundo Martini (1996, pg.125), por exemplo, a linguagem oral deve anteceder a escrita, quando afirma que “o desenvolvimento das competências linguísticas é preliminar em relação à aprendizagem da escrita”. Para este autor, esta aprendizagem necessita de funções básicas: as linguísticas, que envolvem a consciência fonológica e a associação de fonemas a grafemas, e as viso-perceptivas (reconhecimento dos caracteres que definem cada letra) e práxicas (execução de

um projeto motor específico para cada letra), aspectos nos quais a criança com Síndrome de Down frequentemente tem dificuldades.

Voivodic (2004, p 34) apoia a tese do uso da leitura como método para ensinar a linguagem oral. Ressalta que “a deficiência de memória em curto prazo e a informação que a criança com SD recebe por via auditiva lhe dificultam a compreensão da linguagem falada”. Pois, as palavras faladas existem durante um breve período, enquanto que as palavras escritas, os símbolos, os desenhos e fotos, podem permanecer todo o tempo que seja necessário.

Muito já se estudou sobre os aspectos cognitivos de crianças com SD que vêm justificar uma eventual dificuldade em sua alfabetização, assim resumidos por Troncoso e Mercedes (1998, p. 2): comprometimento dos mecanismos de atenção e iniciativa; da conduta e sociabilidade; dos processos de memória; os mecanismos de correlações, análise, cálculo e pensamento abstrato e dos processos de linguagem expressiva e receptiva.

Diante dessa realidade alguns estudiosos observam que alguns cuidados cotidianos na interação com a pessoa com síndrome de Down, podem impulsionar em muito o seu processo de aprendizagem. Entre esses cuidados, estão em apoiar em sinais e símbolos, a fala e as instruções /informações dadas, falar clara e descritivamente-evitando o excesso de palavras, mas narrando ações/situações e usando adjetivos e advérbios, que ajudem a composição de um todo compreensivo mais amplo, proporcionando adicionalmente “pistas” para facilitar a percepção dos códigos e padrões linguísticos, cotidianamente usados na linguagem falada e com a face voltada para a pessoa com SD e, sobretudo para que se de tempo e oportunidades para que essa processe as informações e comunique-se satisfatoriamente (DANIELSKI, 2001).

Pueschel (2007) relata várias formas de impulsionar o aprendizado do sujeito com Síndrome de Down, considerando principalmente relevantes a utilização ensino/interdisciplinar, (tanto em relação pais,professores,quanto em relação a terapeutas),uso de suportes para manter presente e recuperar a informação,tais como ábaco,quadros numerados,números,letras de borracha,objetos de contagem entre outros.

Observa-se também que crianças com Síndrome de Down apresentam uma grande dificuldade na aquisição da linguagem, um processo que não é simples podendo causar até distúrbios na comunicação da criança. Crianças pequenas

mesmo sem falar são capazes de entender tudo o que dissermos, devido aos gestos que utilizamos para nos referirmos a algo. Em crianças com Síndrome de Down não é diferente, quanto maior o diálogo de pais para filhos usando a gesticulação, maior será a possibilidade de inseri-lo no mundo da linguagem. Segundo Horstmeier (1985), crianças com Síndrome de Down apresentam atrasos significativos na linguagem, e essa atitude dos pais é mais do que necessária para o desenvolvimento da criança.

De acordo com Schwartzman (1999) a criança com Síndrome de Down apresenta respostas quanto à aprendizagem de forma diferenciada das demais crianças, ou seja, aquelas que não apresentam Síndrome ou outras alterações de aprendizagem possuem idade cronológica diferente da idade funcional.

Sendo assim, para que exista aprendizagem é necessária uma integração dos processos neurológicos e da evolução de funções como: esquema corporal, orientação temporo-espacial, lateralidade, percepção e linguagem. Pois, devido ao processo de aprendizagem o organismo ganha a capacidade de respostas de executar novas tarefas o que pode aprender a resolver adequadamente algumas situações, pois as experiências adquiridas ao responder a situações, levando a uma modificação de momento e a estabilidade de conduta (PIERRE e CHARLES, 1989).

No procedimento do processo de aprendizagem existem fases precisas no que diz respeito a fase informativa como: percepção, sensação e memória. Na percepção é a organização de uma estrutura responsável pela conservação e por completa corrigir os dados sensoriais, por isso é chamada de atenção.

Assim, os sujeitos com Síndrome de Down não tem a percepção de distinguir muito bem o que ouvem, o fato ocorre devido à seletividade auditiva originando assim, várias dificuldades resultando no reconhecimento e na elaboração dificultosa que surgem do som ou da mensagem. Na visão, ocorre o estrabismo e outros problemas. No tato, há uma inexistência da consciência e da sensação, do que é tocado. No paladar há uma tendência a se desligar ou regredir (PUESCHEL, 2000).

As crianças com Síndrome de Down não conseguem se desenvolver espontaneamente, sendo este um fator importante para o processo de aprendizagem, uma vez que poderá apresentar várias dificuldades de aprendizagem na resolução de problemas e encontrar soluções sozinhas.

Diante das informações expostas notou-se que as pessoas com Síndrome de Down tem possibilidade grande de aprendizagem sendo necessária apenas uma equipe de profissionais especializados para acompanhar e estimular corretamente o processo de aprendizado, assim a inclusão pode ocorrer de forma simples e natural, pois os SD são seres capazes e necessitam de uma inclusão real no contexto social.

## **2.2 A Escola Especial e a Escola Inclusiva**

A educação inclusiva teve início nos Estados Unidos em 1975, com a Lei Pública 94.142, assim, o termo, na década de oitenta, começou a ser difundido mundialmente a partir de algumas experiências de inserção social de pessoas com deficiências. Em termos formais a Organização das Nações da Unidade (ONU), estabeleceu na Assembleia Geral de 1990, a meta de concluir até o ano de 2010 o processo de construção de uma “sociedade para todos”.

Este procedimento alavancou a abertura de possibilidades de inserir os SD em escolas regulares, entretanto, ainda em pleno século XXI é complicado está inserção em prol da falta de profissionais da educação aptos a estimular de maneira adequada o potencial deste público.

Pereira e Machado (1980, p.56) ressaltam que “para crianças diferentes, educação diferente”, reza um princípio educativo. As crianças com atraso mental necessitam de uma educação apropriada, cuja denominação genérica é “educação especial”. Talvez a denominação não seja muito feliz, pois, de certa forma, a educação da criança com atraso é regida pelos mesmos princípios que a educação de qualquer criança e, por outro lado, toda educação tem muito de especial, no sentido de ser específica e individualizada para determinados alunos. Seja como for, por educação especial entende-se o conjunto de processos educacionais apropriados, para determinados grupos de crianças, entre as quais se encontram as crianças com déficit intelectual (PERREIRA e MACHADO, 1980).

Realmente a educação especial pode desenvolver-se em muitos meios e organizações institucionais diferentes. No entanto, a resposta institucional dominante às necessidades educacionais dos atrasos mentais foi, durante certo tempo, principalmente nos anos 50 e 60, a escola especial, a educação especial em aulas ou centros educacionais específicos. O princípio educacional de que crianças

diferentes necessitam de educação diferente materializava-se em escolas diferentes ou, pelo menos, em salas de aula separadas dentro das escolas regulares. Supunha-se que as crianças com atraso não tirassem proveito em uma aula regular com colegas da mesma idade, e que estes, por sua vez, seriam também prejudicados por terem como colegas crianças atrasadas. A educação especial, com suas particularidades, tratava, portanto, de aulas e escolas especiais (PIERRE e CHARLES, 1989).

No entanto essa realidade vem sendo modificada e atualmente é mais comum encontrar crianças com SD em classes regulares visto que a escola para elas é muito importante, contribuindo para o desenvolvimento da linguagem e das atividades da vida diária.

De acordo com Schwartman (1999) esse aprendizado se dá de maneira informal e os resultados tem sido excelentes. Contudo, essas mesmas instituições educacionais, apresentam em seus alicerces uma prática pedagógica tradicional pré-estabelecidos, não apresentando nenhum tipo de projeto para as pessoas com deficiência. Assim, sendo, a educação inclusiva fica restrita a um trabalho ligado apenas à socialização.

A visão desregulada que as pessoas com Síndrome de Down estão “a quem” enquanto, os outros estão “além”, precisa ser mudada, mas para que isso ocorra é imprescindível uma mudança significativa em relação aos profissionais, já que, poucos estão qualificados para atender as necessidades específicas do Down em relação ao processo educacional, não somente o procedimento de INTEIRAÇÃO é importante para os deficientes e seus familiares, mas a completa inclusão em todos os âmbitos (PIERRE e CHARLES, 1989).

Estudos realizados por Guskin e Spicker (1968) sobre a eficácia de programas de classes especiais revelaram resultados nem sempre consistentes, mas, em geral, na direção de um funcionamento escolar melhor das crianças atrasadas de classes especiais e, em contrapartida, uma melhor adaptação social nas das classes regulares. Em uma comparação entre crianças de classes especiais e outras crianças atrasadas, semelhantes a elas, mas em listas de espera para poder frequentá-las, encontrou-se, somente, uma diferença significativa, e esta a favor dos que permaneciam em classes regulares, no progresso da aritmética.

Assim, o envio aleatório das crianças a classes especiais recém-criadas ou a classes regulares, os achados foram que os grupos não diferiam significativamente,



no que diz respeito a mudanças no quociente de inteligência, nem em progressos dos conhecimentos sociais, que as crianças em classes especiais alcançaram qualificações mais altas em testes verbais de originalidade, fluência e flexibilidade do pensamento, mas se relacionavam pior que as das classes regulares com seus colegas próximos. As análises do quociente de inteligência fizeram com que se concluísse, neste estudo, que os indivíduos com Quociente de Inteligência (QI) superior a 80 mostram um nível de funcionamento maior nas classes regulares, enquanto os de QI igual ou inferior a 80 funcionam melhor em classes especiais (GUSKIN e SPINCKER, 1968).

Está realidade apontada demonstra o quanto SD pode interagir conscientemente no universo das escolas regulares e Góes e Laplane (2004, p.10) lembra que, quando se aborda a questão da inclusão “a ausência de referências as principais causas da desigualdade cria a ilusão de que a educação as gera e, consequência, de que a mudança nas formas de organização dos sistemas de ensino pode sozinho revertê-los”. Portanto, é necessário um padrão de avaliação para que esta inserção ocorra de forma condizente com a realidade de cada SD.

Desta forma observa-se que a sociedade é excludente e desrespeita os mais básicos direitos humanos a cada segundo. A exclusão social é evidente quando verificado o número de pessoas no país que vivem abaixo da linha da miséria, assim como a exclusão escolar é evidente no requisito preconceito latente principalmente relacionada às pessoas com alguma deficiência que são massacrados por serem simplesmente fora dos padrões impostos pela sociedade, afinal todos os seres humanos tem capacitação diferenciada para aprender, bastando apenas ter o acompanhamento adequado as suas limitações (GÓES e LAPLANE, 2004).

Assim, o ideário da inclusão deve ser concebido como intervenção no real, isto é, não se deve admitir que o alunado permaneça do lado de fora, esperando a escola ficar pronta para recebê-lo. Trata-se de mantê-la completamente aberta para aprender com a diversidade e a partir dela. Para isto, será necessário quebrar resistências, remover barreiras físicas e atitudes, enfrentando conflitos e contradições, revendo estratégias de aprendizagem, com ênfase na construção coletiva (PUESCHEL, 2002).

### 3 CONCLUSÃO

Observou-se no decorrer do trabalho que o processo de aprendizagem do SD é demorado, mas quando bem estimulados as pessoas com essa Síndrome conseguem desenvolver-se adequadamente e tornam-se aptos a desempenhar atividades regulares do dia a dia como qualquer ser humano considerado normal. O acompanhamento regular através de profissionais adequados direcionando os mecanismos propícios para detectar os estímulos apropriados para a aprendizagem, favorece para o enriquecimento conhecimento dos SD os inseridos no contexto linguístico e cognitivo de maneira peculiar a suas limitações.

111

---

Considera-se que as dificuldades enfrentadas pela criança com SD, seus avanços e progressos dependem das características pessoais e do ambiente educacional ao qual está inserida. E o processo de inclusão demonstrado durante o estudo evidencia que mesmo sendo um procedimento comum na atualidade, exige uma cautela principalmente no período de adaptação em prol de não inibir o desenvolvimento do aprendiz do Down.

Na visão pedagógica, a estimulação precisa ser constante, seja no aspecto social, psicomotor ou ocupacional, proporcionando-lhes adquirir autonomia que facilite executar tarefas básicas. O cidadão com SD vem conquistando seu espaço na sociedade apesar do preconceito e desconhecimento de uma grande parcela, os avanços no processo de aprendizagem e no convívio social demonstram que as limitações existem e devem ser trabalhadas apropriadamente para possibilitar que os considerados “diferentes”, sejam integrados em escolas regulares. A escola inclusiva tem comprovado a necessidade de mudança das práticas pedagógicas e atenção às pessoas com deficiência, cabe a esta adaptar-se às necessidades dos deficientes e não o contrário, afim de equalizar a relação entre os pares.

A inclusão da pessoa com deficiência no cotidiano comum, pode garantir uma qualidade de vida merecida a todos os cidadãos independente das limitações.

## REFERÊNCIAS

BENDA, C.E. **The Child with Mongolism (Congenital Acromicria)**. New York: Grune; 1960.

BISSOTO, M. L. (2005). **O desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de Síndrome de Down**: revendo concepções e perspectivas educacionais. Ciências & Cognição; Ano 02, Vol. 04, mar/2005. Disponível em: [www.cienciasecognicao.org](http://www.cienciasecognicao.org). Acesso em: 01 de maio.

BUENO, J.G. S. **Inclusão de alunos deficientes nas classes comuns do ensino regular**. São Paulo, 2000.

CARDOSO, M.H.C.A. **Uma produção de significados sobre a síndrome de Down**. Cad Saúde Pública 2003.

COOLEY W.C; GRAHAM, J.M. **Down syndrome**: An update and review for the primary pediatrician. Clín.Pediat., 1991.

DANIELSKI, V. **A síndrome de Down uma contribuição à habilitação da criança Down**. São Paulo: Embu, 2001.

DOWN, J.L. **Observations on the ethnic classification of idiots**. London Hospital Clinical Lectures and Reports 1886.

GOÉS, M.C.R; LAPLANE, A.L.F (orgs). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Atores Associados, 2004.

HORSTMEIER, D. A. Comunicação em Pueschel, S. (Org.) **Síndrome de Down**: guia para pais e educadores. Campinas, SP: Papirus, 1990.

KOREMBERG, J.R etal. **Down syndrome phenotypes**: The consequences of chromosomal imbalances. Proc.NatalAcad.Sci USA, 1994.

MARTINI, A.B. **Alfabetização Fônica**. Disponível em:www.memnon.com.br. Acesso em: 01 de maio de 2013.

PUESCHEL, M.S. **Síndrome de Down**: Guia para Pais e Educadores, Tradução Maria Regina Lucena Borges Osório. Porto Alegre: Artmed, 2007.

QUINTÃO, DTR. **Algumas reflexões sobre a pessoa portadora de deficiência e sua relação com o social**.Psicol.Soc., 2005.

SCHWARTZAN, J.S. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 1999.

TRONCOSO, M. V. e Del Cerro; M. M. **Síndrome de Down**: lectura y escritura - Cantabria, Espanha: Masson S.A, 1998.

VOIVODIC, M. A. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**.Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.